

## **O mercado de trabalho da RMPA a partir dos anos 90: precarização e (re)estruturação em duas décadas de transformações**

André Luiz Leite Chaves\*  
Míriam De Toni\*  
Norma Hermínia Kreling\*\*\*

### **INTRODUÇÃO**

O mercado de trabalho brasileiro vem passando por profundas mutações, especialmente a partir dos anos 90 do século passado, em decorrência de processos mundiais vinculados à globalização e à reestruturação produtiva, acarretando mudanças importantes nas formas de produzir e nos modos de organizar o trabalho. As repercussões desses processos no mundo do trabalho tendem a precarizar as relações de trabalho, aumentando a insegurança e a vulnerabilidade social, traços estes aprofundados no caso brasileiro, que já possui um mercado de trabalho pouco estruturado, marcado por expressiva informalidade e precarização.

No Brasil, esse período de mudanças expressivas na economia e no mercado de trabalho apresentou contextos diferenciados, que, *grosso modo*, vêm demarcados pelas décadas de 90 e de 2000, nas quais algumas das medidas de política macroeconômica repercutiram de modo especial no caso do Estado Rio Grande do Sul, notadamente devido ao seu perfil exportador. Assim, para os anos 90, destacam-se, como principais características, a maior abertura comercial, o aprofundamento da reestruturação produtiva, o baixo crescimento do produto, a estabilização monetária, com o Plano Real, a apreciação cambial e a adoção de políticas de corte neoliberal, resultando em diminuição do papel do Estado, privatizações e desregulamentação das várias esferas da economia e da

---

· Economista da FEE e Professor da FAPA.

\* Socióloga da FEE.

\*\*\* Socióloga da FEE.

sociedade. Tais fatores tiveram reflexos predominantemente negativos sobre o mercado de trabalho, dada a ênfase na flexibilização das relações de trabalho e nas estratégias de terceirização de atividades — observou-se elevação do desemprego e expansão de formas de trabalho atípicas, resultando em precarização do trabalho, revertendo-se, assim, a tendência de estruturação do mercado de trabalho das décadas anteriores (Pochmann, 1999; Freire, 2006; Toni, 2006).

De modo inverso, os anos 2000 revelaram-se mais promissores ao País, com conseqüente melhora do mercado de trabalho — a ampliação das oportunidades de trabalho, em especial do assalariamento com carteira de trabalho assinada, repercutiu no declínio do desemprego, desenhando-se uma retomada da estruturação do mercado de trabalho, atenuando o processo de precarização. O desempenho positivo desse período resultou da conjunção de vários fatores: desvalorização cambial de 1999; taxas de crescimento econômico mais elevadas e expansão das exportações, em uma conjuntura internacional favorável; maior oferta de crédito e redução nos juros; e aumentos reais nos rendimentos do trabalho, principalmente a partir de 2005, e no salário mínimo, ampliando as possibilidades de consumo das famílias (Passos; Ansiliero; Paiva, 2005; Freire, 2006).

Tendo presentes os aspectos acima, que configuram o contexto macroeconômico e de mudanças estruturais com papel proeminente na determinação das características do mercado de trabalho, este estudo tem por objetivo analisar o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), buscando traçar suas principais características, investigar as transformações ocorridas no período 1993-2008, verificar o sentido predominante nas alterações observadas, bem como identificar mudanças estruturais que teriam ocorrido nesse mercado.

O foco na RMPA, como *locus* privilegiado para a análise, adquire especial relevância devido à sua importância demográfica e econômica no Estado do Rio Grande do Sul: abarca cerca de um terço da população e

40% da população trabalhadora urbana; gera ao redor da metade do Produto Interno Bruto (PIB) industrial e do PIB do setor de serviços; e sedia os complexos industriais mais importantes — coureiro-calçadista, metal-mecânico e químico (Alonso, 2001; Fligenspan, 2000).

O estudo toma como fonte de dados a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), levantamento este integrante do Sistema PED, cujo objetivo é conhecer e acompanhar a situação de mercados de trabalho metropolitanos do País. A relevância da PED face a outras pesquisas nessa área repousa em sua metodologia, que tem como objetivo apreender melhor a realidade brasileira, pretendendo dar expressão a comportamentos típicos de mercados de trabalho pouco estruturados, com grande disponibilidade de mão de obra, e dinamizados por uma estrutura produtiva heterogênea, cuja descrição não se esgota na dicotomia emprego/desemprego.<sup>1</sup>

A análise do mercado de trabalho busca identificar mudanças, estando orientada por algumas questões relevantes. Quais os segmentos populacionais mais atingidos pelo desemprego e que dimensões se tornaram uma característica estrutural? De que modo as mudanças na dinâmica ocupacional se associaram com a capacidade de absorção de mão de obra pela economia local, no que diz respeito às tendências na distribuição da ocupação por setor de atividade, categoria ocupacional e na sua composição de acordo com diferentes atributos pessoais? Que implicações tais mudanças tiveram para a qualidade das inserções ocupacionais e como isso se relaciona com a precarização do trabalho e a proteção social vinculada ao trabalho? Quais as principais mudanças

---

<sup>1</sup> A metodologia da PED foi concebida no início dos anos 80 pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE-SP). Na RMPA, essa pesquisa é executada pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), desde abril de 1992, em convênio com a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social e o Sistema Nacional de Emprego (FGTAS/SINE-RS), a Fundação SEADE-SP e o DIEESE, com o apoio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Além da RMPA, integram o Sistema PED as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Salvador, Recife, Belo Horizonte e o Distrito Federal.

sociodemográficas identificadas no período e como elas impactaram o mercado de trabalho?

O estudo de tais questões adquire relevância especial, ao se ter presente que o trabalho tem uma dimensão social, o que vai muito além de aspectos econômicos em que o trabalho é considerado uma mercadoria transacionada no mercado, tendo um preço definido por sua oferta e demanda. Portanto, não obstante as mutações de que o trabalho tem sido alvo, ele continua ocupando lugar central na organização da sociedade e na determinação do padrão de vida da população, sendo a forma privilegiada de os indivíduos alcançarem sua cidadania.

A investigação proposta neste trabalho compreende quatro partes, além desta **Introdução**. Na primeira, é analisado o comportamento geral do mercado de trabalho no período; na segunda, examina-se a evolução da ocupação e do emprego, com ênfase em aspectos relativos aos setores de atividade econômica e posição na ocupação, e, na terceira, analisa-se a evolução dos rendimentos do trabalho. Na quarta parte, investiga-se o desemprego, atendo-se à evolução das taxas de desemprego e sua incidência sobre os diferentes segmentos da população, e, nas **Considerações finais**, são resgatadas as principais características do período, destacando-se as mudanças evidenciadas na análise.

## **1 EVOLUÇÃO E ALTERAÇÕES DA OFERTA DE TRABALHO NA RMPA**

O conjunto de mudanças que marcaram o período em estudo teve reflexos na evolução da atividade econômica, em âmbito tanto nacional como estadual. Em qualquer caso, a evolução da economia condiciona o comportamento do mercado de trabalho, provocando modificações ao longo do período em consideração.

No que respeita ao produto gaúcho<sup>2</sup>, as oscilações das variações entre 1993 e 1999 determinaram um fraco desempenho do nível ocupacional e variações elevadas das taxas de desemprego — o PIB cresceu a uma taxa média de 1,5% ao ano. Até a desvalorização cambial, no início de 1999, o período foi marcado pela apreciação cambial e pela abertura comercial, que determinaram ajustes no setor produtivo, em busca de ganhos de produtividade e de competitividade, que foram feitos, entre outras medidas, através de cortes de custo com redução da mão de obra.

A década seguinte iniciou com melhores condições para o crescimento econômico. Em 2000 e 2001, ocorreu elevação do produto gaúcho e recuperação do mercado de trabalho, com queda nas taxas de desemprego e aumento do nível ocupacional. Porém a crise de energia de meados de 2001 e as incertezas políticas que cercaram o processo eleitoral de 2002 colocaram em xeque a retomada do nível de atividade econômica, registrando-se baixos desempenho do produto e crescimento da taxa de desemprego e estagnação do nível ocupacional. A partir de 2004, em que pese à queda na produção gaúcha registrada em 2005, o crescimento da ocupação e a queda da taxa de desemprego foram uma constante ([Gráfico 1](#)).

Se se considerar a taxa de desemprego como indicador do desempenho do mercado de trabalho, é possível afirmar que, quando essa taxa se encontra em patamares baixos, a avaliação tende a ser de que o mercado de trabalho passa por um momento favorável, o contrário ocorre quando ela passa para níveis mais elevados. Nesse sentido, o comportamento das taxas de desemprego médias anuais, entre 1993 e 2008, mensuradas pela PED-RMPA, mostra cinco subperíodos: queda em

---

<sup>2</sup> O PIB gaúcho é tomado como referência para o comportamento da economia da RMPA, ressaltando-se ainda o fato de que o desempenho do PIB estadual sofre influência relevante do setor agropecuário. Como esse setor possui um baixo peso na estrutura produtiva da RMPA, isso explica, em parte, a falta de aderência entre as taxas de variação do PIB gaúcho e as do nível ocupacional na RMPA, que se observa, principalmente, em 1995, 1998 e 2005.

1994 e 1995; forte aumento de 1996 a 1999, sendo importante frisar-se que a taxa de 1999 foi a mais alta do período; queda em 2000 e 2001; aumento em 2002 e 2003; e queda em 2004 e nos anos subsequentes.

No entanto, deve-se destacar que considerar a taxa de desemprego como indicador principal do desempenho do mercado de trabalho pode gerar equívocos, uma vez que essa taxa nem sempre resulta de movimentos semelhantes aos da oferta e da demanda por trabalho. Para facilitar a compreensão dessa relação e ilustrar o período analisado, construiu-se um diagrama de fases ([Figura 1](#)), utilizado no estudo de Ramos (2007), grafando-se a taxa de desemprego no eixo horizontal e a taxa de participação<sup>3</sup> no eixo vertical, ambos com centro nas taxas médias. Dessa maneira, são formados quatro quadrantes, que representam diferentes desempenhos do mercado de trabalho.

No quadrante abaixo e à esquerda, onde se encontram os anos 1994 a 1997, o diagnóstico é de ambiguidade, pois as taxas de desemprego e de participação encontravam-se abaixo da média. Os anos de 1998 a 2004, com exceção de 2001, ficam no quadrante acima e à direita, onde se combinam altas taxas de desemprego com altas taxas de participação, consequência direta de crises e de fraco desempenho da economia. Os anos subsequentes localizam-se no quadrante acima e à esquerda, período em que o mercado voltou a melhorar paulatinamente, encontrando-se em uma situação confortável, pois mostrava um bom desempenho (a taxa de desemprego era inferior à média), ainda que com uma pressão da oferta acima da normal (a taxa de participação era maior que a média), o que denota que a atividade econômica estava criando empregos em quantidade mais do que suficiente para absorver a oferta numa proporção aceitável.

As estimativas anuais da população total residente na Região Metropolitana de Porto Alegre e de parcelas dessa população inseridas no

---

<sup>3</sup> Taxa de participação é a relação entre a População Economicamente Ativa (PEA) e a População em Idade Ativa (PIA) e indica a proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada.

mercado de trabalho metropolitano, nas condições de ocupada ou desempregada (PEA)<sup>4</sup> estão apresentadas na [Tabela 1](#). Essas estimativas permitem não só quantificar o tamanho desse mercado, como estimar a brecha ou o déficit de postos de trabalho, expresso pelo contingente de trabalhadores desempregados.

Como se pode observar na Tabela 1, o diferencial de crescimento da PEA, relativamente ao da ocupação, foi mais acentuado nos anos 90 do que nos anos 2000. A taxa anual média de crescimento da ocupação, de 1993 a 1999, foi de apenas 1,2%, enquanto a da PEA foi de 2,6%. Configura-se, assim, uma importante pressão sobre o mercado de trabalho da Região: de 1993 a 1999, 237 mil pessoas adicionaram-se ao contingente economicamente ativo — 197 mil delas a partir 1997. Para o primeiro ano desse período, cerca de 1.428 mil participavam desse mercado de trabalho como População Economicamente Ativa: 1.254 mil como ocupados e 174 mil como desempregados. No final do período, em 1999, o contingente de ocupados havia passado para 1.349 mil trabalhadores. No entanto, o déficit de postos de trabalho cresceu, uma vez que a geração de 95 mil postos de trabalho, entre 1993 e 1999, não foi suficiente para atender ao crescimento da PEA, que, nesse período, aumentou em 237 mil pessoas. Em decorrência, registrou-se aumento de 142 mil indivíduos no contingente de desempregados, totalizando 316 mil pessoas nessa condição, ao final desse período.

No período seguinte, entre 2000 e 2008, ocorreu uma reversão. O crescimento da ocupação foi de 2,6%, superior ao 1,8% da PEA. A criação de 333 mil postos de trabalho foi mais do que suficiente para absorver as 270 mil pessoas que entraram no mercado, determinando uma redução de 66 mil no número de desempregados.

A trajetória da taxa global de participação no período em análise pode ser visualizada no [Gráfico 2](#). De modo geral, a taxa de participação oscilou entre 1993 e 2008. Iniciou com uma queda entre 1993 e 1997,

<sup>4</sup> População Economicamente Ativa é a parcela da População em Idade Ativa que está ocupada ou desempregada.

determinada pelo fraco crescimento da PEA, embora tenha ocorrido um aumento da taxa em 1995. Em 1993, a taxa de participação estava em 57,0% e declinou para 54,0% em 1997, atingindo o mais baixo patamar nos 16 anos analisados.

Nos três anos que se seguiram, a taxa de participação aumentou, ditada pelo forte crescimento da PEA e atingindo 58,9% em 2000, o maior nível da série da PED-RMPA. Tal desempenho pode estar associado a um maior engajamento da população na atividade econômica, tendo-se em vista o aumento da taxa de desemprego dos chefes de domicílio concomitantemente à queda do rendimento médio real, o que pode ter provocado alterações nas estratégias familiares, fazendo com que cônjuges e demais membros do domicílio passassem a participar do mercado de trabalho.

Entre 2001 e 2007, a taxa de participação manteve uma tendência de queda, proporcionada pelo crescimento demográfico da População em Idade Ativa, que foi superior ao aumento da PEA. No último ano do período, devido à entrada de 94 mil indivíduos no mercado de trabalho da Região, a taxa de participação voltou a crescer, aproximando-se do patamar de 2000.

A análise das taxas de participação por atributos pessoais, conforme a [Tabela 2](#), permite qualificar-se a evolução da PEA no período em estudo. Por gênero, entre 1993 e 1997, houve quedas nas taxas de participação dos homens (de 70,7% em 1993 para 67,1% em 1997) e das mulheres (de 44,5% para 42,3%). Por idade, também ocorreu retração da taxa de participação para os grupos mais jovens (de 10 a 24 anos) e os de idade mais avançada (de 50 anos e mais) e relativa estabilidade nas faixas etárias intermediárias (de 25 a 49 anos).

Entre 1998 e 2000, o forte crescimento da PEA foi acompanhado de modificações acentuadas nas taxas de participação específicas. Verificou-se crescimento da taxa de participação total, indicativo de que o crescimento da PEA, nesse período, foi resultado não só do crescimento

da População em Idade Ativa, como também da intensificação da participação dessa população no mercado de trabalho, em especial das mulheres. A taxa de participação das mulheres, que era de 42,3% em 1997, passou para 49,7% em 2000, o que equivaleu ao ingresso de 162 mil mulheres no mercado de trabalho, contra 91 mil homens. Com isso, a participação das mulheres na PEA, que era de 41,4% em 1997, atingiu 44,7% em 2000.

Também houve expansão da taxa de participação para todas as faixas etárias. Os aumentos mais expressivos desse indicador foram registrados entre os indivíduos com idade mais avançada (60 anos e mais) e as crianças e os adolescentes (de 10 a 17 anos).

A partir de 2001, todavia, a taxa de participação passou a apresentar uma trajetória de queda até 2007, tendo passado de 58,6% para 56,9%, reduzindo-se, assim, a pressão da oferta sobre as taxas de desemprego, uma vez que o crescimento da PEA ficou aquém daquele ditado pelo padrão de crescimento demográfico da PIA. Observou-se redução da taxa média de participação para quase todos os segmentos, excetuando-se as taxas dos segmentos populacionais com idade entre 18 e 24 anos e os de 25 a 39 anos.

O ano de 2008 foi marcado por um aumento apreciável da taxa de participação, que atingiu 58,7%, o segundo maior nível do período estudado. A entrada de 94 mil indivíduos no mercado de trabalho determinou aumento na taxa de participação em todos os grupos analisados ([Tabela 2](#)).

Ao longo do período analisado, houve, além das mudanças já referidas, algumas alterações significativas na composição da População Economicamente Ativa. Houve um crescimento maior da PEA feminina, dos cônjuges, assim como dos indivíduos acima de 40 anos, determinando um aumento da idade média das pessoas inseridas no mercado de trabalho ([Quadro 1](#)). Em contraposição, cresceram menos a PEA dos homens e a dos chefes, havendo ainda decréscimo na PEA dos jovens

entre 10 e 17 anos e na da população analfabeta e com o ensino fundamental incompleto ([Gráfico 3](#)).

## **2 Ocupação e emprego: da estagnação à recuperação**

A PED-RMPA evidenciou que foi positivo o desempenho da ocupação entre 1993 a 2008. O contingente de ocupados cresceu 41,1% no período, correspondendo a uma taxa de crescimento anual de 2,3%.

Os dados sobre a evolução do nível da ocupação na RMPA, no período em foco, mostram um intervalo de relativa estagnação entre 1993 e 1997, seguido de uma recuperação a partir de 1998, interrompida apenas em 2002 e retomando um crescimento vigoroso de 2004 em diante ([Gráfico 4](#)).

No primeiro período (1993-97), a fraca geração de postos de trabalho, com crescimento de 0,4% ao ano, combinada a uma reduzida pressão da oferta de trabalho, determinou taxas de desemprego relativamente baixas, conforme identificado no diagrama de fases, já discutido ([Figura 1](#)). Assim, a indefinição do mercado de trabalho, assentada nessa combinação, amenizou o efeito do desempenho desfavorável da ocupação sobre a taxa de desemprego, em um período com fraco desempenho da atividade econômica.

No período subsequente (1998-2001), a recuperação da ocupação, concomitantemente ao aumento mais intenso do contingente da População Economicamente Ativa, ocasionou elevação do número de desempregados, atingindo o ápice da série no ano de 1999. Porém, nos últimos dois anos desse período, o crescimento da ocupação (9,8%), superando o crescimento da oferta de trabalho (4,5%), proporcionou um quadro mais favorável ao mercado de trabalho da Região, com queda da taxa de desemprego.

Nos dois anos seguintes, com a queda do nível ocupacional em 2002 e o baixo crescimento da ocupação em 2003, determinado pelo fraco desempenho da economia regional concomitantemente ao crescimento da PEA, o contingente de desempregados aumentou em 14,8%.

Já a partir de 2004, evidencia-se aumento acentuado e contínuo da ocupação, com a criação de 294 mil postos de trabalho até 2008 ([Gráfico 5](#)). Nesse período, mesmo com altas taxas de participação, as taxas de desemprego apresentaram queda, o que denota um período favorável para o mercado de trabalho, conforme já verificado no diagrama de fases ([Figura 1](#)).

O comportamento da ocupação, entre 1993 e 2008, segundo os principais setores da atividade econômica, mostrou crescimento nos serviços (61,4%) e no comércio (46,6%) e fraco desempenho na indústria, que revelou uma maior sensibilidade às oscilações do desempenho da atividade econômica, no que respeita à geração de postos de trabalho ([Gráfico 5](#)).

O desempenho da indústria, setor tradicionalmente considerado como segmento líder e indutor do crescimento econômico, estagnou no período aqui examinado, tendo passado de 304 mil postos de trabalho em 1993 para 317 mil em 2008. Isso representa um crescimento de 4,3%, bastante inferior aos 41,1% constatados para a ocupação como um todo. A criação de empregos na indústria respondeu, assim, por apenas 2,5% do total de novos postos de trabalho. Esse resultado não chega a constituir surpresa, haja vista o processo de reestruturação produtiva do setor, com considerável redução de mão de obra, visando obterem-se ganhos de produtividade e, assim, lograr maior competitividade internacional em um contexto de abertura comercial.

Os dados mostram queda acentuada na ocupação industrial, no início do período analisado. Entre 1993 e 1998, foram eliminados 54 mil postos de trabalho. Inversamente, entre 1999 e 2001, o ganho de competitividade proporcionado pela mudança de regime cambial, com

consequente desvalorização da moeda nacional, funcionou positivamente para o desempenho da ocupação na indústria, gerando 44 mil postos, embora não sendo suficiente para recuperar as perdas do período anterior.

Nos anos de 2002 e 2003, a ocupação voltou a cair, com redução de 27 mil ocupações, em função do baixo desempenho da economia gaúcha (crescimento de 1,1% e 1,6% do produto respectivamente). Porém, a partir de 2004, a ocupação voltou a crescer, com exceção do ano de 2006, gerando um acumulado no período de 50 mil novas ocupações.

Como resultado da evolução desfavorável no decorrer do período, a participação relativa da indústria perdeu importância no total de ocupados da RMPA. Por outro lado, aumentaram as respectivas proporções do setor serviços e, em menor magnitude, do comércio ([Tabela 3](#)).

Assim, enquanto, em 1993, o setor industrial abarcava 24,8% dos postos de trabalho da Região, ao final do período analisado essa parcela havia-se reduzido para 17,9%. O setor serviços, que já era o principal responsável pela geração de postos de trabalho, elevou sua participação no total, passando de 46,9% para 53,6% respectivamente. Já a proporção das ocupações geradas no comércio ficou praticamente estável, passando de 16,3% para 16,9%.

Os dados da Tabela 3 mostram, também, que os principais ramos do setor industrial diminuíram sua capacidade relativa de geração de postos de trabalho, em especial o segmento calçados, que é o maior absorvedor de mão de obra no setor. Sua participação no total de postos de trabalho da RMPA reduziu-se em mais de 40% (passou de 7,2% para 4,3%). No mesmo sentido, merece destaque o ramo de química e plásticos, cuja contribuição na geração de postos de trabalho passou de 2,4% para 1,5%.

No setor serviços, com exceção dos serviços creditícios e financeiros, transporte e armazenagem e administração pública, praticamente todos os demais ramos, que tradicionalmente absorvem

contingentes expressivos de mão de obra, elevaram suas respectivas participações no total da ocupação da Região. Os destaques foram os serviços de educação (de 4,5% em 1993 para 5,4% em 2008), saúde (de 3,8% para 5,2%) e serviços especializados (de 3,8% para 5,9%).

Por fim, a participação do trabalho na construção civil foi sustentada pela expansão do ramo de reformas e reparação, visto que o de construção de edificações registrou queda.

Os dados sobre a evolução do nível da ocupação das categorias ocupacionais no período em foco, conforme retratado no [Gráfico 6](#), mostram crescimento para todos os grupos. Em termos relativos, entre 1993 e 2008, o trabalho assalariado cresceu 40,4%; o trabalho autônomo, 38,6%; o emprego doméstico, 42,1%; e a categoria outros, que engloba empregadores, profissionais universitários, donos de negócio familiar, etc., 49,6%.

Em termos absolutos, o acréscimo de 544 mil postos de trabalho na RMPA resultou da abertura de 344 mil postos assalariados (66,8% do total) e de 171 mil ocupações em outras formas de inserção no mercado de trabalho (33,2% do total). Contudo, ao analisar-se o perfil das curvas dos índices do nível ocupacional das categorias no Gráfico 6, percebem-se movimentos distintos. Observa-se uma relativa estabilidade do nível ocupacional dos assalariados até 1999, seguida de recuperação até 2001, interrompida em 2002 e retomada a partir de 2004. Já para as outras formas de posição na ocupação, ao contrário, verifica-se, na média, um forte crescimento até o ano 2000, seguido, nos anos posteriores, de estagnação, decréscimos ou desaceleração. Ou seja, o crescimento da ocupação entre 2000 e 2008 foi de 7,9% para os autônomos e de 8,5% para o agrupamento outros. O nível ocupacional dos trabalhadores domésticos não se alterou na comparação entre os dois anos. Ressalta-se que as variações na ocupação para esses grupos foram bem menores do que no período de 1993 a 2000.

Considerando-se as principais tendências evidenciadas no decorrer de todo o período, constata-se que, em um primeiro momento, entre 1993 e 2000, o emprego assalariado aumentou 5,4%, enquanto as demais posições na ocupação tiveram variações marcadamente superiores: 29,6% para os autônomos, 42,1% para o emprego doméstico, 50,0% para os empregadores e profissionais universitários autônomos e 25,4% para o agrupamento outros, que possui grande participação de donos de negócio familiar e trabalhadores familiares sem remuneração. O baixo crescimento do trabalho assalariado — houve fraco aumento entre os assalariados com carteira assinada, no setor privado, e eliminação de 20 mil postos no setor público —, frente ao alto crescimento das demais categorias, fez com que esse grupo de trabalhadores recuasse a participação no total de ocupados de 67,9% em 1993 para 62,5% em 2000 e expressa, em parte, a deterioração da qualidade da inserção dos trabalhadores no mercado da RMPA ([Quadro 2](#)).

O período seguinte caracterizou-se por uma reversão desse comportamento, tendo-se elevado a participação dos ocupados formalmente contratados, sobretudo a do conjunto de assalariados do setor privado com registro em carteira, cuja parcela passou de 41,6% em 2000 para 46,2% em 2008, enquanto as categorias ditas informais perderam participação.

Essas trajetórias opostas estão associadas ao fenômeno das reconfigurações do trabalho, determinadas pelas mudanças na economia brasileira, nos anos 90, que impactaram o mercado de trabalho em direção a uma precarização do trabalho, expressa na redução do assalariamento, no aumento das situações de informalidade e no crescimento de vínculos contratuais precários.

Para uma análise mais aprofundada desse fenômeno, propõe-se um rearranjo das posições ocupacionais, tendo-se em vista que a natureza do vínculo está associada à qualidade do posto de trabalho. Nesse sentido, o total de ocupados foi repartido em três segmentos: (a) **inserção padrão**,

que compreende o conjunto de inserções ocupacionais com melhores condições e que constitui a forma típica de contratação do sistema capitalista — o trabalho assalariado com carteira assinada no setor privado, o emprego no setor público (estatutário e com carteira assinada) e o empregador —; (b) **contratação flexibilizada**, composta por inserções laborais que se intensificaram ou proliferaram a partir dos anos 90, especialmente ligadas a estratégias empresariais associadas aos processos de terceirização, visando redução de custos com a mão de obra — os assalariados terceirizados, os assalariados sem carteira de trabalho assinada nos setores privado e público, e o autônomo que trabalha para uma única empresa —; e (c) **informal tradicional**, que abarca uma gama relativamente extensa de ocupações tradicionalmente consideradas mais frágeis e precárias, compreendendo basicamente as várias modalidades de trabalho autônomo para mais de uma empresa ou para o público, empregados e empregadores em microempresas e o trabalho doméstico.

A [Tabela 4](#) apresenta as principais características de cada um desses três segmentos e a situação em que se encontravam nos três momentos do período em estudo.

Em termos da evolução ao longo do período, é possível identificarem-se dois movimentos relativamente consistentes, seguindo o padrão já observado para outros indicadores. O primeiro período, circunscrito aos anos 90, mostra ampliação continuada dos segmentos com contratação flexibilizada e informal tradicional, em detrimento do de inserção padrão. Este último diminuiu sua participação no total de ocupados de 56,6% para 48,1% entre os subperíodos 1 (jul./92-jun./94) e 2 (jul./98-jun./00), enquanto, para os outros dois segmentos, a elevação foi de 8,8% para 14,4% na contratação flexibilizada e de 32,2% para 36,7% no informal tradicional respectivamente. Já no período dos anos 2000, os segmentos de inserção padrão e contratação flexibilizada cresceram, ao passo que o informal tradicional recuou. Na inserção

padrão, reverteu-se o comportamento, recuperando parte dos postos de trabalho perdidos, chegando ao final com uma parcela de 50,8% do total de ocupados, enquanto o declínio no informal tradicional colocou esse segmento na mesma posição verificada no início do período como um todo. O destaque cabe, aqui, para o segmento com contratação flexibilizada, que foi o único a apresentar crescimento no decorrer de todo o período em análise, embora com mais intensidade na primeira parte.

Tal evolução dos principais segmentos de trabalhadores corrobora análises relativas a outros indicadores do mercado de trabalho, revelando uma deterioração da qualidade das ocupações nos anos 90 — período de baixo crescimento econômico, no qual se intensificou a abertura comercial e a reestruturação produtiva — e certa recuperação do mercado de trabalho, em direção a melhores condições de inserção ocupacional, nos anos 2000.

Cabe um exame mais detalhado do segmento com contratação flexibilizada, seja pelo fato de que ele procura abarcar formas ocupacionais que emergiram no contexto de mudanças na economia e no trabalho, a partir dos anos 90, seja pelas características que apresenta. Embora muitas dessas formas já fizessem parte do mercado de trabalho brasileiro, elas foram ampliadas, reconfiguradas e ressignificadas nesse novo contexto (Leite, 2008). Desse modo, a análise das características e da evolução desse segmento, na RMPA, no período em estudo, além de indicar que a contratação flexibilizada veio para ficar, explicita a elevada precariedade a que esses trabalhadores se encontram expostos. De fato, pela análise da [Tabela 4](#), constata-se que esse segmento, além de ser o único que cresceu em termos relativos, vem apresentado as condições mais adversas no mercado de trabalho, não apenas frente à inserção padrão, mas, inclusive, quando comparado ao informal tradicional. Os dados atestam que, face aos demais segmentos de trabalhadores, o de contratação flexibilizada apresentava a mais elevada instabilidade nos postos de trabalho, o mais baixo grau de proteção social e os rendimentos

médios reais do trabalho mais baixos — para esses trabalhadores, o tempo médio de permanência no trabalho, ao final do período, situava-se abaixo dos três anos, frente a seis anos na inserção padrão, quase 60% deles estavam excluídos do Sistema de Proteção Social, e o rendimento médio real do trabalho auferido era 33,7% menor do que o registrado na inserção padrão.

Por fim, outro aspecto relevante na caracterização dos ocupados na RMPA diz respeito ao seu perfil de acordo com os atributos pessoais. Assim, tomando-se o total de ocupados entre 1993 e 2008, observa-se que, quanto ao sexo, se elevou a participação das mulheres no total dos ocupados de 39,8% para 45,1%. Por escolaridade, a melhora foi expressiva: em 1993, cerca de metade dos indivíduos ocupados eram analfabetos (2,6%) ou não tinham o primeiro grau completo (46,6%), parcela esta que recuou para 25% em 2008. Por faixas etárias, ocorreu crescimento da participação na ocupação, ao longo de todo o período analisado, somente para os indivíduos com 40 e mais anos de idade; assim, a participação relativa desses indivíduos elevou-se de 32,2% em 1993 para 42,8% em 2007.

### **3 OSCILAÇÕES NO RENDIMENTO MANTÊM GANHOS REAIS**

A trajetória de evolução do rendimento real médio apresenta uma gama de variações e comportamentos no decorrer do período. Houve queda do rendimento do trabalho entre 1993 e 1994, em decorrência do processo inflacionário. Porém, após a adoção do Plano Real, em 1994, com o controle da inflação, o rendimento médio dos ocupados cresceu 20,5% em três anos; e o salário médio real, 14,7% em dois anos. Após essa fase áurea do plano de estabilização, entre 1997-2004 foram registradas quedas no rendimento do trabalho. Em 2004, o valor médio para o conjunto dos ocupados era de 81,8% do valor registrado em 1997,

e o salário médio real, em 2003, era de 86,6% do valor de 1996, conforme o [Gráfico 8](#).

Todavia, a partir de 2004 para os assalariados e de 2005 para os ocupados, começou uma recuperação nos seus rendimentos, mas suficiente apenas para se aproximar dos níveis dos valores reais verificados em 1993.

A [Tabela 5](#) mostra a evolução dos salários médios reais para os três grandes setores de atividade econômica. Após a estabilidade de preços em meados de 1994, os salários da indústria e dos serviços cresceram, ambos, 18,6% até 1998, e o do comércio, 15,5% até 1997.

A partir daí foi registrada tendência de perdas nos salários até 2003. Nesse ano, em que pese às variações positivas verificadas em 2001 e 2002, o valor médio para os empregados na indústria era 13,8% inferior ao registrado em 1998, e o salário pago nos serviços ficou 16,6% menor. A pior situação foi observada no comércio, com uma perda de 23,6% entre 1997 e 2003.

As variações observadas no salário médio real de cada setor após 2003 tiveram comportamentos diferenciados, mas todos acumulando ganhos: na indústria, o acréscimo foi de 8,3%; nos serviços, de 5,3%; e, no comércio, o aumento foi de 9,3%. Cabe ressaltar-se que, neste último período, o crescimento do salário médio real dos empregados na indústria e nos serviços foi suficiente apenas para recuperar os níveis de 1993<sup>5</sup>. O mesmo não ocorreu para o salário pago no comércio, que caiu 7,6% em relação ao de 1993. O comportamento do salário médio real no setor público, que também evidenciou oscilações semelhantes às dos demais salários, apresentou um ganho acumulado de 9,6% entre 1993 e 2008.

Apenas as categorias com menores rendimentos e também menos protegidas, ou seja, os empregados domésticos e os assalariados sem carteira assinada, tiveram evolução relativamente mais favorável de sua renda, com aumentos mais expressivos nos anos seguintes ao controle da

<sup>5</sup> Entre 1993 e 2008, a variação do salário médio real da indústria foi de 3,0%, e a dos serviços, de 0,7%.

inflação: entre 1993 e 1997, os empregados domésticos tiveram um aumento de 40,8% nos seu salário médio real; e, entre 1993 e 1995, os assalariados do setor privado sem registro em carteira, de 34,3%. Nos anos seguintes, as remunerações médias dessas duas categorias apresentaram uma tendência de queda até 2003, quando voltaram a subir, atingindo um ganho real de 39,9% para os domésticos e de 21,3% para os assalariados sem registro em carteira, comparando-se os pontos extremos do período. A melhora dos rendimentos dessas duas categorias está associada a aumentos reais do salário mínimo, após a introdução do Plano Real, bem como à introdução do Salário Mínimo Regional no Rio Grande do Sul, em julho de 2001.

Outro destaque com relação aos rendimentos do trabalho, que pode estar associado ao comportamento das remunerações dos empregados domésticos e dos assalariados do setor privado sem registro em carteira, foi a redução do diferencial do rendimento médio entre o grupo formado pelos 25% do total dos trabalhadores com rendimentos mais baixos e o grupo formado pelos 25% do total dos trabalhadores com rendimentos mais altos. Assim, enquanto, em 1993, o rendimento médio do primeiro grupo representava 10,4% do rendimento médio do outro grupo, em 2008 alcançava 14,8%.

Outra alteração relevante no tocante aos rendimentos diz respeito à atenuação da desigualdade de ganhos entre homens e mulheres, ao longo da série. De fato, o diferencial de rendimentos entre os sexos diminuiu, de tal modo que, se, em 1993, as mulheres auferiam rendimentos médios que atingiam apenas 65,3% do rendimento médio masculino, em 2008 essa proporção havia subido para 76,0% — um crescimento de 10,7 pontos percentuais.

No período analisado, a massa de rendimentos reais dos ocupados aumentou 42,4%, consequência, principalmente, do aumento do nível da ocupação (41,2%), representando uma taxa média de crescimento de

2,4% ao ano. Porém, ao longo do período, constataram-se oscilações, conforme visualizado no [Gráfico 9](#).

Entre 1993 e 2000, houve crescimento de 24,1% na massa de rendimento real dos ocupados, devido, principalmente, ao aumento do contingente de trabalhadores desse grupo e, em menor medida, ao incremento do rendimento médio real. De 2000 a 2003, registrou-se queda de 10,5% na massa de rendimento dos ocupados, devido, exclusivamente, à contração do rendimento médio real (-13,3%), pois a ocupação cresceu 3,3% no período. E no período final (2003-08), a massa de rendimentos voltou a crescer (28,3%), devido, principalmente, ao incremento da ocupação (20,3%) e, em menor medida, ao crescimento do rendimento médio real (6,6%).

Considerando-se o período como um todo, o rendimento médio real dos trabalhadores, embora com importantes oscilações, manteve patamar semelhante nos pontos extremos, comportamento este bem distinto do constatado para a massa de rendimentos, cujo crescimento extraordinário decorreu do expressivo incremento do contingente ocupado, especialmente nos últimos anos do período.

#### **4 A EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO: EXPRESSIVA ELEVAÇÃO SEGUIDA DE QUEDA**

O desemprego é um dos indicadores mais importantes para diagnosticar o desempenho do mercado de trabalho. A sua existência e a sua evolução assinalam uma das formas mais perversa de exclusão social, que, associada à elevação dos níveis de pobreza, compromete o desenvolvimento e o bem-estar social de uma sociedade.

Ao longo dos 16 anos de existência da PED-RMPA, observaram-se dois períodos bastante distintos no funcionamento do mercado de trabalho, a partir da análise do desemprego. No primeiro, entre 1993 e 1999, caracterizado por baixo crescimento econômico, implicando

reduzida capacidade de geração de postos de trabalho, o desemprego assumiu proporções sem precedentes na história recente do País, envolvendo segmentos importantes da força de trabalho. O segundo, entre 2000 e 2008, apresentou um desempenho macroeconômico mais satisfatório do País, ensejando um processo de recuperação no nível da ocupação, tendo o desemprego mostrado tendência de arrefecimento, aproximando-se a patamares registrados no início do primeiro período.

Refletindo essas diferentes conjunturas econômicas, a evolução das taxas de desemprego na RMPA evidencia, de modo geral, uma tendência de significativa elevação nos anos 90, seguida de uma trajetória de queda nos anos 2000. Tomando-se o primeiro período, observa-se, no [Gráfico 10](#), que, entre 1993 e 1995, a taxa de desemprego total apresentou declínio, de 12,2% para 10,7%, associada às condições relativamente favoráveis do mercado de trabalho verificadas no início do Plano Real. Entretanto, a partir de 1996, constata-se ampliação acelerada da taxa de desemprego por quatro anos consecutivos, atingindo o ponto máximo em 1999, quando alcançou 19,0% da PEA.

Já nos anos 2000, a taxa de desemprego tendeu a cair, em meio a oscilações. Assim, nos anos 2000-01, a taxa de desemprego total decresceu (taxas de 16,6% e 14,9% respectivamente), como resultado do comportamento relativamente favorável do nível ocupacional face ao melhor desempenho da economia observado particularmente no ano 2000. Em 2002 e 2003, a taxa de desemprego retomou um movimento ascendente (taxas de 15,3% e 16,7% respectivamente), em meio a um ambiente de incertezas nos âmbitos político e econômico. Por último, a partir de 2004, iniciou-se uma clara trajetória de queda da taxa de desemprego, atingindo 11,2% em 2008, como consequência de um melhor desempenho macroeconômico do País, o qual imprimiu um processo de recuperação do nível de ocupação.

O comportamento da taxa global de desemprego ao longo da série, que passou de 12,2% da PEA em 1993 para 11,2% em 2008, foi

determinado essencialmente pela queda do desemprego oculto, cuja taxa passou de 4,9% em 1993 para 2,9% em 2008, uma vez que a taxa de desemprego aberto<sup>6</sup> se elevou, passando de 7,3% para 8,3% respectivamente.

No entanto, na análise dos diferentes períodos, observam-se significativas diferenças. Entre 1993 e 1999, a elevação da taxa global de desemprego foi determinada pela elevação conjunta do desemprego aberto e do oculto. O primeiro apresentou um crescimento bem mais expressivo e ininterrupto a partir de 1995, com a taxa passando de 7,3% da PEA em 1993 para 12,1% em 1999, enquanto a taxa de desemprego oculto cresceu com menor intensidade, passando de 4,9% para 6,9% respectivamente. Foram agregados ao contingente de desempregados 88 mil pessoas no desemprego aberto e 45 mil no desemprego oculto, nesse período.

Já com relação ao período 2000-08, a queda da taxa de desemprego total foi determinada pelo recuo das taxas do desemprego aberto e, em maior medida, do desemprego oculto. Assim, a taxa de desemprego aberto passou de 12,1% em 1999 para 8,3% em 2008, com uma redução de 36 mil pessoas no seu contingente de desempregados, enquanto a taxa de desemprego oculto passou de 6,1% para 2,0% respectivamente, diminuindo em 57 mil pessoas o seu contingente. Tais resultados podem indicar que, em períodos de melhoria das condições do mercado de trabalho, o desemprego oculto — particularmente associado a momentos de desestruturação do mercado de trabalho — provavelmente se reduz mais do que o aberto, dado que pode haver migração de pessoas da

---

<sup>6</sup> O conceito de desemprego utilizado pela PED-RMPA compreende três tipos, a saber: (a) **desemprego aberto** (pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias); (b) **desemprego oculto pelo trabalho precário** (pessoas que procuraram efetivamente trabalho nos 30 dias anteriores ao da pesquisa, ou nos últimos 12 meses, e que realizam, de forma irregular, algum trabalho remunerado, realizam algum trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes ou realizam algum trabalho recebendo exclusivamente espécie ou benefício); e (c) **desemprego oculto pelo desalento** (pessoas sem trabalho e que não procuraram nos últimos 30 dias por desestímulo do mercado de trabalho, ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva por trabalho nos últimos 12 meses).

condição de desemprego oculto para a de aberto, na procura de um emprego melhor, ou, até mesmo, retirando-se da força de trabalho, visto que os outros membros da família teriam capacidade de gerar a renda necessária à manutenção do domicílio (Montagner; Brandão, 1996).

A dificuldade de se conseguir uma ocupação pode ser medida também através do tempo médio despendido na procura de trabalho. Assim, na RMPA, em 1993, um desempregado despendia, em média, 25 semanas na busca de uma ocupação. Esse tempo permaneceu relativamente estável nos anos iniciais do processo de estabilização (1994-95), seguindo trajetória ascendente a partir de 1996, quando atingiu seu ponto máximo em 1999, saltando para 46 semanas. No entanto, nos anos 2000, após pequenas oscilações em torno de 44 semanas, essa variável iniciou, a partir de 2005, uma trajetória decrescente, atingindo, em 2008, 33 semanas. Deve-se ressaltar que, não obstante esse decréscimo, o tempo médio despendido na procura de trabalho situava-se, ainda, em patamar mais elevado do que no início do período. Tal resultado, além de evidenciar a maior dificuldade em obter uma ocupação, pode estar indicando que o elevado patamar do tempo de procura por trabalho vem adquirindo um caráter estrutural.

Na caracterização do desemprego segundo atributos pessoais, observa-se crescimento da taxa de desemprego nos anos 90, seguido de decréscimo nos anos 2000 para todos os segmentos analisados. Todavia, para a grande maioria, as taxas de desemprego, ao final do período, situavam-se em níveis ainda superiores aos inicialmente verificados.

As taxas de desemprego entre as mulheres apresentam patamares bem mais elevados do que as encontradas para a população masculina. Em 1993, a taxa de desemprego da força de trabalho feminina era de 14,3%, passando para 13,9% em 2008, enquanto, para os homens, passou de 10,7% para 8,8% respectivamente. A participação feminina no desemprego elevou-se de 48,1% em 1993 para 58,1% em 2008, sendo que, a partir de 1998, as mulheres passaram a ser a maioria dos

desempregados. O aumento dessa participação é fruto, também, do aumento da PEA feminina, conforme visto anteriormente.

Segundo as faixas etárias, o desemprego é consideravelmente maior entre os jovens de 10 a 17 anos, cuja taxa foi de 37,7% em 2008, não obstante se tenha observado significativa redução na participação relativa destes no contingente desempregado (de 19,4% para 9,7% no período). Destaca-se ter sido esse o único segmento a apresentar redução no número de desempregados (-35,3%). De modo inverso, para os contingentes com mais de 40 anos — que possuem as menores taxas de desemprego —, a participação entre os desempregados teve a maior ampliação: entre as pessoas de 40 a 59 anos, elevou-se de 10,4% em 1993 para 14,8% em 2008 e, entre as de 50 a 59 anos, de 3,9% para 6,7% respectivamente. Esses dados refletem, em boa medida, o envelhecimento da PEA, operando mais pelo lado da oferta de trabalho.

De acordo com a escolaridade, evidenciou-se aumento da participação das pessoas mais escolarizadas entre os desempregados. Destaca-se a elevação para as pessoas com ensino médio completo — sua participação relativa passou de 14,8% em 1993 para 36,2% em 2008 — e as com ensino superior — de 2,1% para 5,0% respectivamente.

Em síntese, como mudança importante, ao longo do período analisado, pode-se destacar, dentre os desempregados, a crescente participação de importantes segmentos do mercado de trabalho: as mulheres, os maiores de 40 anos e os mais escolarizados.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise das principais características do mercado de trabalho da RMPA e de sua evolução ao longo do período 1993-2008 evidenciou transformações importantes, algumas delas mais permanentes, indicando que adquiriram um caráter mais estrutural no mercado de trabalho.

Levando-se em conta as condições de inserção da População Economicamente Ativa, o mercado de trabalho regional apresentou trajetórias opostas em seus principais indicadores, associadas às diferentes conjunturas macroeconômicas do período. Como visto no texto, nos anos 90, em um ambiente econômico adverso, houve precarização do trabalho, com elevação do desemprego e das formas de inserção ocupacional mais frágeis e precárias, e queda no assalariamento regulamentado, nos setores privado e público. Em decorrência, parcela expressiva de trabalhadores foi excluída da proteção social vinculada ao trabalho. De modo distinto, a partir do início dos anos 2000, esboçou-se uma recuperação do mercado de trabalho, tendência que se tornou mais consistente a partir de 2004 e que sinaliza uma (re)estruturação desse mercado. A taxa de desemprego teve movimento declinante e registrou-se importante crescimento no emprego assalariado, notadamente com carteira assinada. Os principais movimentos de todo esse período foram sintetizados na evolução do Índice de Precarização.

Uma análise mais detalhada dos dados relativos aos principais indicadores permite destacarem-se os aspectos julgados relevantes para a compreensão das mudanças e das tendências observadas no mercado de trabalho regional.

Quanto ao desemprego, a forte elevação das taxas de desemprego nos anos 90 foi, em boa parte, revertida com o melhor desempenho da economia e do mercado de trabalho nos anos 2000. Todavia persistem dificuldades implícitas na busca por trabalho, o que se expressa no fato de que, ao final do período, grande parte dos indicadores relativos ao desemprego se encontrava, ainda, em níveis ligeiramente superiores aos inicialmente registrados. Essa condição ainda bastante desfavorável é constatada, por exemplo, no caso da taxa de desemprego aberto e da quase totalidade das taxas de desemprego por atributos pessoais, bem como no tempo despendido na procura por trabalho.

Em relação aos principais setores de atividade econômica, a marca do período foi a perda de participação da indústria na absorção de mão de obra, em favor dos serviços, o que ocorreu de modo particularmente agudo nos anos 90. A abertura comercial, o acirramento da concorrência e a valorização cambial, em alguns períodos, constituem fatores importantes para esse desfecho, principalmente considerando-se o perfil exportador do Estado e a importância, na Região, de indústrias mais intensivas em mão de obra, como a de calçados.

As formas de inserção no mercado de trabalho tornaram-se mais precárias nos anos 90, em especial pelo crescimento das categorias com contratação flexibilizada e do informal tradicional, face à queda da inserção padrão. Conforme visto, a evolução favorável nos anos 2000 logrou reverter essa situação, dado o comportamento favorável dos principais indicadores do mercado de trabalho, notadamente após 2004. A ampliação do segmento de trabalhadores com contratação flexibilizada constituiu a mudança relevante do período, indicando que essa forma de inserção, associada à reestruturação produtiva e às estratégias empresariais de reorganização do trabalho, pode ser considerada uma prática que tende a integrar, de modo mais permanente, o espectro de formas de contratação no mercado de trabalho contemporâneo.

O rendimento médio real do trabalho teve uma trajetória peculiar, com oscilações importantes, encerrando o período em um patamar ligeiramente superior ao registrado em seu início. Já a massa de rendimentos reais elevou-se de modo acentuado no período como um todo, especialmente como resultado do aumento expressivo do número de pessoas ocupadas, notadamente a partir de 2004.

Nos âmbitos sociodemográfico e econômico, duas tendências sobressaem-se: (a) o envelhecimento da PEA, constatado pelo expressivo crescimento da parcela dos indivíduos com 40 anos ou mais, o que se coloca como tendência para o futuro próximo, refletindo mudanças demográficas na população e interpondo desafios para atender a

peculiaridades concernentes a esse segmento; e (b) o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, manifesto no maior crescimento da PEA feminina, frente à masculina. Essa maior inserção feminina, além de diminuir o histórico predomínio masculino no mercado de trabalho, veio acompanhada de uma redução na diferença de rendimentos entre os sexos. Em que pese a tais fatos serem promissores, permanecem discriminações no mercado de trabalho, reforçando a necessidade de ações na direção de maior igualdade de gênero: por exemplo, as mulheres ainda detêm taxas de desemprego mais elevadas e auferem rendimento médio mais baixo do que os homens.

Em resumo, a análise dos dados sobre o mercado de trabalho da RMPA mostrou que, ao final do período em estudo, a População Economicamente Ativa se encontrava mais escolarizada, com idade média mais avançada e com maior presença de mulheres trabalhadoras.

Uma avaliação das condições gerais do mercado de trabalho regional evidencia que, não obstante os progressos do período mais recente, em vários aspectos há muito ainda que avançar. Dentre as situações desfavoráveis, cabe destacar-se que as taxas de desemprego permanecem elevadas e que há uma parcela importante de trabalhadores em condições de inserção mais frágeis e precárias, especialmente nos segmentos com contratação flexibilizada e informal tradicional, os quais, conjuntamente, totalizam cerca da metade da força de trabalho. Parte desses problemas constitui legado histórico da própria estruturação do mercado de trabalho nacional, outros foram ampliados ou emergiram no contexto das transformações recentes da economia e do trabalho.

Entende-se que o debate em torno de tais questões deva ter como foco a centralidade do trabalho e a agenda do trabalho decente, na qual o Brasil se encontra engajado (OIT, 2008). Por um lado, reafirmar a centralidade do trabalho, apesar das reconfigurações de que ele tem sido alvo, da ampliação da incerteza e da insegurança nesse campo, é tarefa impositiva. O trabalho, além de ser a maneira de assegurar a vida

material, tem fundamental importância para a autonomia dos indivíduos, para a construção da identidade e para o reconhecimento social. Por outro, contemplar uma agenda que promova o trabalho decente deverá contribuir, de modo significativo, para elevar o nível de desenvolvimento humano. Isto porque o conceito de trabalho decente está embasado em quatro pilares: (a) respeito às normas internacionais do trabalho; (b) promoção do emprego de qualidade; (c) extensão da proteção social; e (d) diálogo social. Portanto, esses dois vetores devem ser tomados como fundamentais no equacionamento dos problemas afetos ao trabalho, seja em face das mudanças em curso, seja na construção de novas institucionalidades, à medida que constituem caminhos para associar trabalho com inclusão social.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, J. Caracterização econômica da Região Metropolitana de Porto Alegre. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 29, n. 1, p. 253-293, 2001.

CARDOSO Jr., J. C. **O debate recente sobre o desemprego e a flexibilidade no mercado de trabalho do Brasil**. Disponível em: <[www.sep.org.br/pt/home.php](http://www.sep.org.br/pt/home.php)>. Acesso em: 20 ago. 2003.

FLIGENSPAN, F. B. (Coord.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

FREIRE, J. A. Dinâmica do mercado de trabalho metropolitano no Brasil pós anos 90: que mudou, mudou! Mas mudou o suficiente? In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 11, 2006. **Anais...** Vitória: SBEP, 2006.

KRELING, Norma H. Envelhecimento do trabalhador impõe novos desafios às políticas públicas. In: TONI, Míriam De (Coord.). **Projeto de pesquisa políticas públicas do trabalho: uma discussão sobre sua efetividade e a necessidade de ações específicas, a partir das características do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre — relatório técnico**. Brasília: CNPq, 2009. (não publicado).

LEITE, Marcia de P. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32., Caxambu, 2008. Disponível em: <[http://200.152.208.135/anpocs/trab/adm/impressao\\_gt.php?id\\_grupo=30&publico=S&PHPSESSID=5ffa426a414fb92708a9ecf9bae57dea](http://200.152.208.135/anpocs/trab/adm/impressao_gt.php?id_grupo=30&publico=S&PHPSESSID=5ffa426a414fb92708a9ecf9bae57dea)>. Acesso em: 10 fev. 2009.

MONTAGNER, Paula; BRANDÃO, S. M. C. Desemprego: novos aspectos de um mesmo problema. **São Paulo em Perspectiva**, v. 10. n. 1, p. 36, 1996.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO — OIT. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente.** Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.oitbrasil.org.br/estudo\\_indicadores2.php](http://www.oitbrasil.org.br/estudo_indicadores2.php)>. Acesso em: 25 fev. 2009.

PASSOS, A. F.; ANSILIERO, G.; PAIVA, L. H. Mercado de trabalho: evolução recente e perspectivas. **Boletim do Mercado de Trabalho**, n. 26, fev. 2005. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt\\_26h.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_26h.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2006.

POCHMANN, Márcio. **A epidemia do desemprego no Brasil: atualidade e perspectiva.** Campinas: UNICAMP, 1999. (mimeo).

RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais.** Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td\\_1255.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1255.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2009.

TONI, Míriam De. **Para onde vai o mercado de trabalho? A tendência à precarização das relações de trabalho** — um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE, 2006. (Teses FEE, n. 8).

TONI, Míriam De. **Trabalhadores com contratação flexibilizada: elevada precarização impõe políticas públicas de inclusão social.** Porto Alegre: FEE, 2009. (Textos para discussão FEE, n. 69).